

Boatos não provocam corrida aos bancos

Os boatos não tiveram força suficiente para provocar uma corrida aos bancos como a de 27 de fevereiro de 1986, véspera da decretação do Plano Cruzado. Mesmo assim, eles viveram ontem um dia de grande movimentação de clientes, temerosos de ter seu dinheiro "confiscado" por novos empréstimos compulsórios, taxaões ou impostos. Essa preocupação deslocou grandes volumes de recursos imobilizados em aplicações financeiras para depósitos em conta-corrente, espécie de salvaguarda preventiva contra um novo "pacote" fiscal.

No início da noite, a avaliação feita por fontes de três dos maiores bancos brasileiros indicava que o movimento de saques foi forte durante a tarde, quando a onda de boatos tornou-se mais intensa, mas pouco superior ao de uma sexta-feira normal. Não chegou a haver uma "corrida física", segundo as fontes, que apontaram também uma queda substancial nas aplicações de pessoas físicas e jurídicas. Nenhum banco precisou apelar para o redesconto de liquidez do Banco Central, o que ocorre quando a pressão de saques configura uma "corrida".

ESPECULAÇÕES

O novo presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), Elmo de Araújo Camões, que tomou posse ontem, acredita que a reação dos investidores foi causada por uma série de especulações acerca do novo pacote econômico, mas afirma que tão logo as novas regras sejam definidas a situação vai-se normalizar. Ele admitiu também que os bancos tiveram "certo cuidado" em conceder empréstimos, mas negou que os mesmos estejam suspensos.

José Baía Sobrinho, vice-presidente do Banco Mercantil de Crédito, lembrou que a preocupação dos

investidores em retirar suas aplicações também gerou uma situação preocupante para os bancos. Mas ele também espera que a situação se normalize.

Por sua vez, Antonio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) procurou tranquilizar o mercado. Ele argumentou que recebeu um telefonema de Alkimir Moura, diretor da Dívida Pública do Banco Central, garantindo que não será tomada nenhuma medida que afete os saldos no overnight.

Para o novo presidente da ABBC a decisão governamental sobre a dívida externa significa mais "uma trégua cambial" do que uma moratória. Porém, ele se mostrou preocupado com o fato de que, terminado o prazo de 90 dias, o País terá que pagar juros sobre juros aos credores: Ele disse que os banqueiros "não têm outra alternativa senão apoiar a decisão governamental, já esperada".

Camões, porém, reconhece que o País "chegou a esse ponto porque gastou muito em importação e, em função do congelamento prolongado das taxas de câmbio, ficou com as exportações prejudicadas". Diante da moratória unilateral, Camões acha difícil o relacionamento do País com o Fundo Monetário Internacional. Para ele, porém, "o País já está seguindo os preceitos do FMI".

Na opinião de Baía, a moratória é uma medida de precaução tomada pelo governo diante da difícil situação das reservas. Em relação à obtenção de dinheiro novo, Baía acredita que alguns banqueiros poderão suspender linhas de crédito, mas depois entenderão que a situação não é tão grave, pois um prazo de 90 dias não caracteriza crédito líquido. Além disso, lembrou, os juros da linha de curto prazo e do Clube de Paris serão preservados.